



Câmara Municipal de Cuitégi
Aprovado em 1ª discussão
Em 2025, 12 20 25
Presidente

ESTADO DA PARAÍBA
CÂMARA MUNICIPAL DE CUITEGI
RUA DO COMÉRCIO, 79, CENTRO, CUITEGI, CEP 58208000
COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO FINAL

DA COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO FINAL

PARECER N° 58/2025

PROJETO DE LEI N° 50/2025

Origem: Poder Executivo Municipal

Ementa: Institui o Serviço de Acolhimento para Crianças e Adolescentes, denominado Família Acolhedora, no município de Cuitégi - PB, e dá outras providências.

RELATOR: Ver. Marlison Alexandre dos Santos

I – RELATÓRIO

O Projeto de Lei nº 50/2025, de iniciativa do Poder Executivo Municipal, tem por objetivo Instituir o Serviço de Acolhimento para Crianças e Adolescentes, denominado Família Acolhedora, no município de Cuitégi - PB, e dá outras providências.

O serviço de acolhimento em família acolhedora oferece alternativa protetiva de caráter provisório e excepcional, priorizando o acolhimento familiar em substituição ao institucional, garantindo convivência comunitária e afetiva enquanto perdurar a medida de proteção judicial. O projeto observa os princípios do art. 227 da Constituição Federal, que estabelece a prioridade absoluta da criança e do adolescente, e do art. 4º do ECA, que determina a responsabilidade do Estado em assegurar direitos fundamentais.

Do ponto de vista técnico-jurídico, o projeto encontra amparo legal, não apresenta vícios de iniciativa e está alinhado às políticas nacionais de assistência social e à legislação específica. Sua implementação fortalece a rede de proteção social e assegura mecanismos adequados para atendimento de situações de risco e vulnerabilidade.



ESTADO DA PARAÍBA
CÂMARA MUNICIPAL DE CUITEGI
RUA DO COMÉRCIO, 79, CENTRO, CUITEGI, CEP 58208000
COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO FINAL

II – FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

a) Da Constituição Federal e de Leis Federais

A criação do Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora no Município de Cuitegi encontra amparo direto no artigo 227 da Constituição Federal, que estabelece ser dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, saúde, educação, dignidade, respeito, liberdade e à convivência familiar e comunitária, colocando-os a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência e opressão. Essa diretriz constitucional orienta a formulação e execução de políticas públicas de proteção integral, fundamento central da proposta legislativa.

O Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069/1990), em seus arts. 4º, 19, 23, 34, 92 e 101, complementa o preceito constitucional ao fixar que o acolhimento familiar é medida de proteção excepcional e provisória, aplicada por decisão judicial, e deve garantir, prioritariamente, a convivência familiar e comunitária, em ambiente adequado ao desenvolvimento da criança ou adolescente em situação de risco.

b) Da Legislação Municipal

Segundo a Constituição Municipal de Cuitegi, a lei Orgânica Municipal, Seção II, Das Atribuições do prefeito em seu Art. 12, e 60 e 61:

Art. 12, III - Compete à Câmara Municipal, com a sanção do Prefeito, dispor sobre todas as matérias de competência do município.

Art. 60. Ao Prefeito, como chefe da administração, compete dar cumprimento às deliberações da Câmara, dirigir, fiscalizar e defender os interesses do Município,



ESTADO DA PARAÍBA
CÂMARA MUNICIPAL DE CUITEGI
RUA DO COMÉRCIO, 79, CENTRO, CUITEGI, CEP 58208000
COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO FINAL

bem como adotar, de acordo com a lei, todas as medidas administrativas de utilidade pública, sem exceder as verbas orçamentárias.


III- CONSTITUCIONALIDADE, LEGALIDADE E FORMA

O Projeto de Lei nº 050/2025 atende aos requisitos de constitucionalidade, legalidade, juridicidade, de acordo com as normas constitucionais e a Lei Complementar Nº 95, DE 26 DE FEVEREIRO DE 1998, pois estão materialmente constitucionais e formalmente constitucionais aos olhos deste relator.

IV- CONCLUSÃO E VOTO

Diante do exposto, com base em todas as bases constitucionais já citadas, e Lei Orgânica do Município, opino pela CONSTITUCIONALIDADE, LEGALIDADE E REGIMENTALIDADE do Projeto de Lei nº 050/2025.

Sala das Comissões, 08 de dezembro de 2025.



Ver. Marlison Alexandre dos Santos,
Relator e Presidente